



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



Fevereiro/2014

## Concurso Público para provimento de cargos de Procurador Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

Primeira Etapa

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## Português

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

**Pensando sobre o exílio**

*Houve um tempo em que muitos brasileiros estavam no exílio, por questões políticas. Tão velho quanto a civilização, o exílio é uma pena cruel, inventada para proporcionar ao apenado a terrível experiência do desenraizamento, da expatriação, dessa espécie de orfandade imposta pelos que nos afastam da nossa terra materna.*

*Convidado a falar sobre a relação entre literatura e exílio, num ciclo de palestras promovido por uma associação cultural, dispus-me a investigar mais de perto o conceito mesmo de exílio – para que a palestra não rodasse em torno de uma ideia pouco determinada. Num artigo do professor e pensador Edward Said, em que esse grande intelectual palestino faz sérias reflexões sobre o tema, encontrei esta pérola, esta bela citação que faz Said de um monge da Saxônia, Hugo de Saint Victor, de escritos datados do século XII:*

*“O homem que acha doce seu torrão natal é ainda um iniciante fraco. Aquele para quem todo solo é sua terra natal já é forte. Mas perfeito é aquele para quem o mundo inteiro é uma terra estrangeira. A alma frágil fixou seu amor num ponto do mundo; o homem forte estendeu seu amor para todos os lugares; o homem perfeito extinguiu esse amor”.*

*Said comenta: “são linhas assustadoramente belas”. Humildemente, ousou ressaltar a sabedoria magistral desse monge, que se esquivou das dores e amores que nos prendem a algum lugar para proclamar o espaço essencial de todo homem: o de sua própria interioridade. Tratando-se de um monge, é lícito pensar que esse **homem perfeito** não está sozinho dentro de si mesmo; sua companhia é Deus.*

(Salvador Gouveia, inédito)

1. Depreende-se do sentido geral do texto que o conceito de exílio
  - (A) tem um sentido aberto, aludindo ao que sofre um viajante longe de sua terra e ao prazer implícito de toda viagem.
  - (B) é tomado aqui num sentido estrito, em que se avalia a vantagem de estar longe do que se quer compreender.
  - (C) é um instituto jurídico que, nesse limite, diz respeito aos que o compreendem numa acepção estritamente legal.
  - (D) é um instituto político, não podendo estender-se a qualquer outra situação que não a da expatriação punitiva.
  - (E) tem um sentido aberto, servindo tanto ao fenômeno da expatriação como à ideia de confinamento em si mesmo.
2. Considerando-se a citação do texto de Hugo de Saint Victor, verifica-se que esse monge buscou
  - (A) exaltar o universalismo dos nômades que se adaptam perfeitamente aos valores dos lugares onde estejam.
  - (B) hierarquizar as diferentes relações que os indivíduos podem estabelecer com seu lugar no mundo.
  - (C) classificar de modo objetivo três situações de exílio, todas elas referidas a casos de banimentos políticos.
  - (D) compreender os tormentos específicos que nascem das condições particulares de cada exilado.
  - (E) valorizar o sentimento nacionalista de quem, perdendo sua pátria, compreende que perdeu sua identidade.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
  - (A) *ousou ressaltar* (4<sup>o</sup> parágrafo) = atrevo-me a relevar
  - (B) *sabedoria magistral* (4<sup>o</sup> parágrafo) = erudição jurídica
  - (C) *para proporcionar ao apenado* (1<sup>o</sup> parágrafo) = para infringir ao ajuizado
  - (D) *experiência do desenraizamento* (1<sup>o</sup> parágrafo) = aproveitamento da radicação
  - (E) *investigar mais de perto* (2<sup>o</sup> parágrafo) = abeirar sofregamente
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Nas linhas citadas, Hugo de Saint Victor não hesita em contemplar uma tipologia humana, a partir de diferentes reações que um homem alimenta perante a condição subestimada do exílio.
  - (B) Surpreende-nos, nesse texto, a convicção do monge Hugo de Saint Victor, para quem o homem perfeito é aquele que não depende de um vínculo com qualquer lugar do mundo.
  - (C) Convidado e motivado a falar sobre o tema, o autor procurou encontrar no exílio uma justificativa conceitual, apelando para a autoridade insuspeita de Edward Said.
  - (D) Para fugir a ideias pouco determinadas, impõe-se a busca de subsídios que auxiliem a fixação do sentido semântico de um vocábulo, tal como sucedeu ao autor do texto.
  - (E) São, de fato, expressivas as palavras do antigo monge, tanto assim que Said lhes deu a epígrafe de “assustadoramente belas”, contando desta feita com o referendo do autor do texto.

5. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. No segmento *espécie de orfandade imposta pelos que nos afastam da nossa terra materna* (1<sup>o</sup> parágrafo), os termos sublinhados estabelecem entre si uma relação em que o emprego de um motiva o emprego do outro.
  - II. No 2<sup>o</sup> parágrafo, o autor deixa claro que buscou num texto de Edward Said subsídios para compreender as ideias de um monge medieval, que deixou ensinamentos definitivos sobre a condição do exilado político.
  - III. Em sua interpretação final das palavras do monge, o autor compreendeu que Hugo de Saint Victor valorizava, acima de tudo, a maturidade do homem que elegera todo lugar estrangeiro como sendo o seu.Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
  - (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) I.
  - (D) II.
  - (E) III.



6. A frase que NÃO admite transposição para a voz passiva é:
- (A) A alma frágil fixa seu amor na terra natal.
- (B) Percorreu muitos caminhos, no exílio, em busca de si mesmo.
- (C) O exílio impõe ao apenado os mais terríveis infortúnios.
- (D) Investiguei mais de perto o conceito de exílio.
- (E) No artigo de Said dei com uma bela citação de um texto medieval.

7. Ao se modificar a redação da frase, suprimindo-se a(s) vírgula(s), altera-se o sentido em:
- (A) Ainda assim, é difícil imaginar quem se sintam bem em qualquer lugar.
- (B) Ele se dispôs, humildemente, a refletir melhor sobre o tema.
- (C) Fui ler um artigo de Edward Said, ontem, por considerá-lo uma autoridade no assunto.
- (D) Há que se ter pena dos exilados, que sentem tanto desamparo longe da pátria.
- (E) Aceitei, com muito prazer, o convite para aquela palestra.

8. Estão observadas as normas de concordância verbal na seguinte frase:
- (A) Os sentimentos que nos cabe experimentar, se fomos levados à condição de exílio, estão entre os mais terríveis que pode uma criatura sofrer.
- (B) A muitos exilados ocorreram, durante a experiência do exílio, tentar voltar clandestinamente à sua pátria, correndo todos os riscos que implicam tal decisão.
- (C) Para muitos brasileiros, aos quais se infligiu os suplícios do exílio, a experiência da expatriação implicou a perda da própria identidade.
- (D) Dentre as diferentes reações que experimentam quem se afasta de sua terra natal ressalta a da crescente nostalgia, que muitas vezes levam à antecipação do retorno.
- (E) A sabedoria e a elevação do monge medieval, que o autor do texto reconheceu num artigo de Edward Said, acabou por impressioná-lo tão fortemente quanto ao pensador palestino.

**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 16, considere o texto abaixo.

### **Notícias sobre o fim do livro**

*Sobre o fim do livro e da era Gutenberg, tenho duas breves histórias para contar.*

*A primeira é um sonho, ou um pesadelo: um chip armazena uma biblioteca universal, cujo acervo é renovado por um piscar de olhos. Esse chip seria implantado no ombro, na perna ou no órgão mais vital do corpo: o coração do leitor. Bilhões de palavras no coração: há algo mais sublime? Com esse chip cravado no corpo, o leitor não teria necessidade de olhar para uma tela: a página escrita apareceria no ar, como uma holografia. Textos soltos no espaço, sem qualquer suporte. Meu sonho (ou pesadelo) parou por aí.*

*A outra história é coisa do passado. Conheci um piauiense, de nome Donato, dono de uma pequena pastelaria na rodoviária de São Paulo. Contou-me ele que aprendeu a ler com uma*

*velha, vizinha da tapera onde morava, no povoado miserável de Santo Antônio dos Milagres. E passou a ler de tudo, bula de medicamento, jornal velho, o que aparecesse.*

*“E um dia li um livro”, disse Donato, emocionado. “Lia devagar, duas, três vezes cada frase, cada parágrafo. De vez em quando parava de ler para pensar. Era um jovem que não tinha onde cair morto. Quando ganhei um dinheirinho, abri a pastelaria. Um dia viajei para o Rio: queria conhecer o lugar em que havia sido publicado aquele livro, queria ver o edifício da editora. Não tive coragem de entrar: fiquei espiando na calçada, olhando a placa com o nome dela. Ai me deu vontade de fazer uma coisa, e fiz mesmo. Abracei as paredes, beijei as paredes da editora e beije o livro que mudou a minha vida.”*

(Adaptado de: HATOUM, Milton – **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 199-200)

9. Está inteiramente correta a seguinte observação sobre um segmento do texto em:
- (A) *A outra história é coisa do passado* (3º parágrafo), há a convicção de que o fato a ser narrado já não faz sentido.
- (B) *beije o livro que mudou a minha vida* (4º parágrafo), Donato mostra-se conformado com o fim da era Gutenberg.
- (C) *A primeira é um sonho, ou um pesadelo* (2º parágrafo), o autor alinha-se com os entusiastas das novas tecnologias.
- (D) *há algo mais sublime?* (2º parágrafo), a pergunta é retórica, de vez que a resposta encaminhada é uma negativa.
- (E) *povoado miserável* (3º parágrafo), indica-se o contexto que ajuda a valorizar a importância de uma alfabetização.

10. No último parágrafo do texto, quando Donato confessa que lia devagar e repetidamente frases ou parágrafos de seu primeiro livro, salienta-se a verdade da seguinte formulação:
- (A) somente com cultivada paciência se alcançam os maiores objetivos.
- (B) a carência do que é essencial não se mata com o que é supérfluo.
- (C) insaciáveis que somos, quanto mais temos, mais queremos.
- (D) a avareza mais viciosa sabe manifestar-se de mil formas.
- (E) quanto mais se tem, mais proveito se deseja tirar.

11. O autor dispõe-se a narrar *duas breves histórias* para que elas,
- (A) contrastando duas situações, destaquem a indiscutível evolução do nosso aproveitamento dos livros.
- (B) com base em fatos análogos, despertem em cada um de nós a nostalgia das primeiras leituras.
- (C) com base em fatos análogos, demonstrem a tese de que a publicação de livros está com os dias contados.
- (D) contrastando duas situações, explorem extremos opostos de relações possíveis com a leitura.
- (E) tomadas como complementares, ilustrem duas alternativas que prestigiam a leitura dos livros.



12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) São comoventes os impulsos de gratidão de Donato, materializados quando se (**dispor**) a abraçar as páginas da editora.
  - (B) As condições de privação em que vivia (**acabar**) por levar Donato a valorizar o sentido essencial de cada experiência.
  - (C) A escolha dessas duas histórias verdadeiramente exemplares (**propiciar**) ao autor a viva apresentação de um dilema cultural da nossa época.
  - (D) Em nossos dias (**impor**)-se pensar sobre as escolhas que devemos fazer entre procedimentos tradicionais e processos modernos.
  - (E) Somente a um leitor insensível (**deixar**) de impressionar as palavras com que Donato se refere à sua experiência com o primeiro livro.

13. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas, grafadas e flexionadas na frase:
- (A) O autor do texto parece considerar que já está para se proscrever a validade do livro convencional.
  - (B) Um direito que não se pustula, como o da alfabetização, é um direito que se fragiliza.
  - (C) Foi grande sua emoção quando, alfabetizado, sentiu-se capaz de destrinçar o sentido de um texto.
  - (D) O prazer da leitura é um direito que poucos assessam nos países mais pobres.
  - (E) Eles se absteram de votar porque achavam que encontrariam dificuldade na leitura das instruções.

14. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No confronto entre as duas histórias, fazem forte contraste as expressões *soltos no espaço, sem qualquer suporte e abracei as paredes, beijei o livro*.
  - II. Na frase *Bilhões de palavras no coração: há algo mais sublime?* o autor vale-se da ironia para qualificar novos procedimentos tecnológicos.
  - III. A narrativa de Donato, no último parágrafo, salienta tanto seu reconhecimento pelo valor da leitura como a necessidade de externar concretamente esse sentimento.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I e III, apenas.

15. É INADEQUADA a construção do segmento sublinhado na frase:
- (A) Gostaria que sempre me assistisse o direito de escolher entre um e outro tipo de leitura.
  - (B) Quanto aos livros, ela acha preferível manuseá-los do que reconhecê-los num monitor.
  - (C) Muita gente ainda prefere ler um livro impresso a visualizá-lo numa tela.
  - (D) Minha preferência de leitura recai sobre os velhos livros impressos, e não sobre os virtuais.
  - (E) A opinião que ele ousou expedir é a de que nada substitui o prazer de ler um livro de papel.

16. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Donato vivia num povoado miserável.
  - II. Donato foi alfabetizado por uma vizinha.
  - III. Donato emocionou-se ao ler um livro.
- As afirmações acima encontram-se articuladas com correção, clareza e coerência na seguinte frase:
- (A) Uma vez que vivia num povoado miserável, Donato alfabetizara-se por uma vizinha, tendo emocionado-se ao ler um livro.
  - (B) Donato emocionou-se ao ler um livro, uma vez que lhe alfabetizara uma vizinha, num povoado miserável.
  - (C) Vivendo num povoado miserável, Donato emocionou-se ao ler um livro, conquanto fora alfabetizado por uma vizinha.
  - (D) Tendo sido alfabetizado por uma vizinha no povoado miserável onde vivia, Donato emocionou-se ao ler um livro.
  - (E) Desde que vivia num povoado miserável, Donato se emocionou ao ler um livro, sendo alfabetizado por uma vizinha.

**Atenção:** Para responder às questões de números 17 a 20, considere texto abaixo.

### **Educação e ecologia**

*Dentro de um projeto educacional consistente, a ecologia teria uma dupla face: a de ciência multidisciplinar por natureza e a de antídoto contra a ideologia do crescimento bruto, deformação grotesca do ideal desenvolvimentista. Em face da destruição do ambiente, a escola deveria induzir o aluno a perguntar: o que o capital está fazendo com a nossa casa, a nossa paisagem, a nossa cidade?*

*Parar para pensar: esse também seria o lema de um currículo que poderia explorar a fundo o significado e a prática dos direitos humanos. A disciplina central, aqui, é sempre a História, que ilumina as ciências sociais, da economia à política, da antropologia à sociologia. A educação existe para nos dar renovado ânimo em face de um cotidiano que timbra em nos desanimar.*

(Adaptado de Alfredo Bosi – “Menos kits, melhores professores”. São Paulo: **Carta Capital**, ano XIX, n. 781)

17. A *dupla face* da ecologia, que o autor do texto recomenda para um projeto educacional consistente, estaria representada na
- (A) diversificação dos estudos de História e na proposição de novas normas ideológicas para o desenvolvimento do país.
  - (B) indução do aluno à avaliação do sistema financeiro e no questionamento da multidisciplinaridade escolar.
  - (C) ênfase do desenvolvimento técnico-científico e no incentivo aos estudos de História.
  - (D) articulação entre várias áreas de conhecimento e na contestação da ideologia do crescimento a qualquer preço.
  - (E) detecção de problemas ambientais e na supervisão das ciências físicas pelas ciências humanas.

18. *A educação existe para nos dar renovado ânimo em face de um cotidiano que timbra em nos desanimar.*

A frase acima manter-se-á clara, coerente e correta caso se substitua o segmento sublinhado por:

- (A) cujo impele-nos ao desânimo.
- (B) que reluta em nos desfavorecer.
- (C) que se esmera em nos desalentar.
- (D) onde insiste em nos arrefecer.
- (E) que vai ao encontro do nosso alento.



<p>19. A ecologia pode ser vista como uma ciência central, quem <u>se dedica à ecologia</u> saberá como <u>aproveitar a ecologia</u> para articular os vários segmentos da atividade humana que <u>cabe à ecologia</u> harmonizar.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:</p> <p>(A) a ela se dedica – aproveitá-la – lhe cabe          (B) a ela dedica-se – aproveitar-lhe – cabe-lhe          (C) se lhe dedica – aproveitar-lhe – lhe cabe          (D) à ela se dedica – aproveitá-la – cabe-lhe          (E) se lhe dedica – aproveitá-la – caiba a ela</p>	<p>22. Ao disciplinar a instituição de regiões metropolitanas, determinou a Constituição Federal que</p> <p>(A) a integração do município à região metropolitana não é compulsória.          (B) cabe à União editar normas gerais a respeito da instituição das regiões metropolitanas.          (C) poderão ser instituídas apenas por lei complementar estadual.          (D) poderão ser constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes ou não.          (E) tem como objetivo a transferência de competências municipais para o âmbito exclusivo do Estado-membro.</p>
<p>20. <i>Ao formular uma proposta educacional ..... centro estaria a ecologia, o autor do texto ressalta a importância ..... se vêm revestindo os estudos do meio.</i></p> <p>Preenchem adequadamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:</p> <p>(A) de cujo – em que          (B) pela qual no – para a qual          (C) aonde o – de cuja          (D) onde o – pela qual          (E) em cujo – de que</p>	<p>23. Ao exercer a autonomia que lhe é assegurada na condição de ente federativo, não poderá o Município violar as normas que lhe foram impostas pelo Constituinte Federal. Assim, NÃO poderá</p> <p>(A) o Município explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado.          (B) o Município explorar diretamente os serviços de saneamento básico, visto que se inserem no âmbito da competência privativa dos Estados-membros.          (C) o Município fixar o subsídio do Prefeito em valor superior ao do Governador do Estado.          (D) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassar o montante de três por cento da receita do Município.          (E) a Câmara Municipal gastar mais de cinquenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.</p>
<b>Direito Constitucional</b>	
<p>21. Considerando a disciplina constitucional relativa à liberdade de crença religiosa, conclui-se que é compatível com a Constituição Federal</p> <p>I. lei que determine a privação de direitos do indivíduo que, por motivo de crença religiosa, deixar de cumprir obrigação a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>II. lei municipal que institua IPTU (imposto sobre propriedade predial e territorial e urbana) sobre imóvel utilizado como templo religioso.</p> <p>III. lei que assegure a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas.          (B) II e III, apenas.          (C) I e III, apenas.          (D) III, apenas.          (E) I, II e III.</p>	<p>24. Lei municipal que viole norma da Constituição Federal de observância obrigatória pelos Estados, cujo conteúdo foi reproduzido na Constituição Estadual, poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o</p> <p>(A) Tribunal de Justiça do Estado, em face da Constituição Estadual, podendo o Tribunal declarar a inconstitucionalidade da norma por maioria simples dos seus membros ou dos membros de seu órgão especial.          (B) Tribunal de Justiça do Estado, em face das Constituições Federal e Estadual, sendo vedado o exercício do controle difuso de constitucionalidade da lei municipal, em face da Constituição Federal, pelo Supremo Tribunal Federal.          (C) Supremo Tribunal Federal, em face da Constituição Federal, sem prejuízo do controle difuso de constitucionalidade da norma municipal em face das Constituições Federal e Estadual.          (D) Supremo Tribunal Federal, em face da Constituição Federal, bem como ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Estado, em face da Constituição Estadual.          (E) Tribunal de Justiça do Estado, em face da Constituição Estadual, sendo cabível recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal contra o acórdão proferido pelo Tribunal local se preenchidos os requisitos constitucionais e legais.</p>



25. O Governador de Goiás, decidindo intervir no Município de Águas Lindas, localizado nesse Estado, editou decreto com o seguinte teor:

**DECRETO Nº 6.021, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004.**

*Dispõe sobre intervenção estadual no Município de Águas Lindas de Goiás e dá outras providências.*

*O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos dos arts. 35, inciso IV, e 36, inciso II, da Constituição Federal, e 61, caput, inciso IV, §§ 1º, inciso II, e 2º, da Constituição Estadual, e considerando:*

*I – o relatório e voto prolatados nos autos de pedido de intervenção estadual nº 327-9/201 (200003200072) pelo egrégio Tribunal de Justiça de Goiás, onde se acha evidenciado que o Ministério Público Estadual formulou pedido de Intervenção Estadual no Município de Águas Lindas de Goiás, em virtude de descumprimento de decisão judicial emanada do juízo da Comarca de Luziânia e confirmada, em duplo grau de jurisdição, pelo egrégio Tribunal de Justiça de Goiás, proferidas no Mandado de Segurança em que figura como impetrante a Câmara Municipal do referido Município, visando garantir cumprimento de obrigação constitucional de repasse dos duodécimos orçamentários no prazo legal;*

*II – a decisão favorável ao pedido de intervenção estadual no citado Município, prolatada em sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, nos autos acima referenciados, obtida por maioria de votos, que se encontra assim redigida:*

*Omissis*

**DECRETA**

*Art. 1º Fica o Município de Águas Lindas de Goiás sob a intervenção do Estado, pelo prazo de 78 (setenta e oito) dias, a contar desta data, limitada a medida ao âmbito do Poder Executivo, sendo, em consequência, afastado de seu cargo o Prefeito Municipal.*

*Art. 2º É nomeado interventor estadual no Município de Águas Lindas de Goiás JOSÉ PEREIRA SOARES, que substituirá o Prefeito e exercerá a Chefia do Poder Executivo durante o período de intervenção, objetivando assegurar, doravante, o efetivo cumprimento da decisão judicial emanada do Tribunal de Justiça, referenciada no preâmbulo deste ato.*

*Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.*

O decreto interventivo em questão é

- (A) incompatível com a Constituição Federal por ter sido editado sem o prévio provimento de representação interventiva pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que a intervenção não poderia ser limitada ao âmbito do Poder Executivo e não poderia ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias.
- (C) incompatível com a Constituição Federal, uma vez que, nessa hipótese, é expressamente vedada a nomeação de interventor.
- (D) compatível com a Constituição Federal no que diz respeito ao prazo, uma vez que a intervenção deve ser decretada pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, permitida uma única prorrogação.
- (E) compatível com a Constituição Federal, no que diz respeito à decretação da intervenção mediante prévia decisão do Tribunal de Justiça dando provimento a representação para assegurar a observância de decisão judicial.

26. O Poder Legislativo de determinado Município aprovou 3 (três) leis de iniciativa de um mesmo vereador, versando sobre as seguintes matérias:

Lei A – Concede aos médicos da rede pública municipal de saúde o direito à licença remunerada por trinta dias, a cada três anos de exercício do cargo ou emprego público.

Lei B – Atribui aos professores da rede pública municipal de ensino o direito à gratificação financeira fixada na mesma lei, caso exerçam cargos ou empregos públicos em locais considerados de difícil acesso.

Lei C – Eleva a alíquota do imposto sobre serviços.

Compatibiliza-se com a Constituição Federal a iniciativa legislativa

- (A) da lei A.
- (B) da lei C.
- (C) das leis A e C.
- (D) das leis A e B.
- (E) das leis B e C.

27. Considere determinado Município que tenha Tribunal de Contas Municipal. De acordo com a Constituição Federal, no que toca ao controle externo do Município,

- (A) é vedado ao Tribunal de Contas do Município assinar prazo para que o órgão ou entidade vinculada ao Poder Executivo adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ainda que verificada ilegalidade, tendo em vista o princípio da separação de poderes.
- (B) é vedado ao Tribunal de Contas do Município sustar, por ilegalidade, a execução de qualquer ato que tenha sido submetido à sua apreciação, visto que a competência deverá ser exercida diretamente pela Câmara dos Vereadores.
- (C) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Município a respeito das contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria dos membros da Câmara Municipal.
- (D) cabe ao Tribunal de Contas do Município realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (E) é vedado ao Tribunal de Contas do Município aplicar multa aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, uma vez que esta sanção somente poderá ser imposta pelo Poder Judiciário.



<p>28. De acordo com a Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e constituem um sistema único,</p> <p>(A) ao qual compete, dentre outras atribuições, participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.</p> <p>(B) ao qual compete, dentre outras atribuições, controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde, excluída a fiscalização de alimentos para o consumo humano.</p> <p>(C) que será financiado unicamente com recursos da seguridade social, advindos da arrecadação das contribuições sociais previstas na Constituição Federal.</p> <p>(D) do qual as instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar.</p> <p>(E) que será organizado de forma centralizada, sendo dirigido unicamente pela União.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>31. No que tange aos órgãos públicos, é correto afirmar:</p> <p>(A) O Chefe do Poder Executivo pode, por decreto, promover a extinção de órgãos públicos, quando seus cargos estiverem vagos.</p> <p>(B) As Câmaras Municipais não são propriamente órgãos públicos, mas entes autárquicos, dado a autonomia que lhes é conferida pela Constituição.</p> <p>(C) A teoria do mandato é a explicação adotada pela doutrina atual para explicar a expressão da vontade estatal pelos órgãos públicos e pelos agentes administrativos que os compõem.</p> <p>(D) Somente se pode proceder à criação de um órgão público mediante lei de iniciativa da Chefia do Poder Executivo, sob pena de inconstitucionalidade por vício de iniciativa.</p> <p>(E) Como regra, os órgãos públicos são destituídos de capacidade processual; porém, a doutrina e a jurisprudência nacionais vêm reconhecendo tal capacidade a órgãos de <i>status</i> constitucional, quando necessária à defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.</p>
<p>29. Considerando o disposto na Constituição Federal, é vedado ao Conselho Nacional de Justiça</p> <p>(A) apreciar a legalidade de ato administrativo praticado por órgão do Poder Judiciário e fixar prazo para que adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, tendo em vista o princípio da autonomia administrativa dos Tribunais.</p> <p>(B) receber e conhecer de reclamação contra órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público, uma vez que não integram o Poder Judiciário.</p> <p>(C) recomendar aos Tribunais de Justiça a tomada de providências para o fiel cumprimento de norma específica constante do Estatuto da Magistratura, uma vez que a providência violaria o princípio da autonomia administrativa dos Tribunais.</p> <p>(D) desconstituir ato administrativo praticado por Tribunal de Justiça em razão de violação à lei, uma vez que a providência apenas poderia ser tomada em sede de controle jurisdicional e não administrativo.</p> <p>(E) rever processo disciplinar de juiz julgado há dois anos, vez que já ultrapassado o prazo constitucional para tanto.</p>	<p>32. Conforme prevê a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime das concessões de serviço público, é correto afirmar:</p> <p>(A) A criação, alteração ou extinção de qualquer tributo, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.</p> <p>(B) Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle da concessionária por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, podendo dispensar do financiador a comprovação do atendimento às exigências de capacidade técnica e idoneidade financeira para assunção do serviço.</p> <p>(C) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, contanto que haja prévio aviso aos usuários.</p> <p>(D) As concessões terão prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por igual período, condicionada a prorrogação à prévia autorização legislativa.</p> <p>(E) Admite-se a concessão a título precário de serviços públicos, desde que tal delegação não implique em investimento de vulto pelo concessionário ou na reversão de bens ao poder concedente.</p>
<p>30. Segundo a Constituição Federal, os secretários municipais serão remunerados conforme dispuser lei de iniciativa</p> <p>(A) do Prefeito, exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.</p> <p>(B) do Prefeito, podendo prever como parte da remuneração gratificação por tempo de serviço.</p> <p>(C) da Câmara Municipal, podendo prever como parte da remuneração gratificação por tempo de serviço.</p> <p>(D) da Câmara Municipal, exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.</p> <p>(E) do Prefeito, exclusivamente por subsídio, não podendo ser superior à remuneração do Prefeito.</p>	<p>33. A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – exige a divulgação <i>sponte propria</i>, pelos órgãos públicos, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, o que vem sendo denominado de “transparência ativa”. O art. 8º da Lei estabelece um rol de informações que obrigatoriamente devem ser divulgadas, independentemente de requerimento. Dentre as informações mencionadas nesse rol, NÃO consta:</p> <p>(A) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.</p> <p>(B) informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados, concluídos e punições aplicadas a agentes públicos.</p> <p>(C) registros das despesas.</p> <p>(D) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.</p> <p>(E) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.</p>



34. Analise as seguintes afirmações, acerca do exercício do poder disciplinar pela Administração:

- I. O afastamento preventivo do servidor público e a chamada “verdade sabida” não são admitidos após a Constituição Federal de 1988, pois tais institutos violam os princípios da presunção de inocência, da ampla defesa e do contraditório, nela consagrados.
- II. A anulação de ato punitivo anterior, produzido com vício de legalidade, e a aplicação de outra punição, mais gravosa, não constitui *bis in idem*.
- III. A renúncia formal ao direito de defesa, pelo acusado, dispensa a constituição de defensor dativo no processo administrativo disciplinar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) III.

35. No tocante aos serviços técnicos especializados, a Lei Federal nº 8.666/93 determina:

- (A) A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.
- (B) Publicado o aviso de licitação, o prazo mínimo para recebimento das propostas será de 60 (sessenta) dias, quando o contrato a ser celebrado contemplar a prestação de serviços técnicos especializados.
- (C) A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais e morais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.
- (D) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de licitação do tipo técnica e preço.
- (E) É hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei Federal nº 8.666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

36. Jeferson, servidor administrativo da Câmara Municipal, titular de cargo efetivo, estava de férias na praia, quando sofreu grave acidente ao ser atropelado por uma lancha a motor. Do acidente resultou grave lesão de natureza irreversível e incapacitante, gerando sua aposentadoria por invalidez permanente, a contar do laudo médico oficial, emitido em 23 de setembro de 2013. Sabe-se que, nessa data, Jeferson tinha 45 (quarenta e cinco) anos e que ingressou no serviço público municipal em 15 de dezembro de 1997.

Diante da situação acima narrada, deve-se concluir, no tocante aos proventos de Jeferson, que serão

- (A) integrais; calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria; e assegurado o reajustamento dos proventos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- (B) integrais; calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria; e assegurada a revisão dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
- (C) proporcionais; calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria; e assegurada a revisão dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
- (D) integrais; calculados com base nas remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência oficial, calculada a média na forma da lei; e assegurado o reajustamento dos proventos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- (E) proporcionais; calculados com base nas remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência oficial, calculada a média na forma da lei; e assegurada a revisão dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

37. Os convênios administrativos

- (A) devem ser precedidos da realização de procedimento licitatório para escolha do participante receptor dos recursos, quando envolverem o repasse de recursos financeiros.
- (B) firmados pelo Município de São Paulo são fiscalizados com exclusividade pelo Tribunal de Contas do Município, em razão de sua competência *ratione personae*, excluindo a competência dos demais Tribunais de Contas.
- (C) são contratos de natureza não pecuniária, firmado entre entidades públicas ou entre entidade pública e particular, para consecução de atividades de interesse comum dos partícipes.
- (D) celebrados por iniciativa do Poder Executivo independem de prévia autorização da Câmara Municipal, mesmo quando envolverem o repasse de recursos financeiros entre os partícipes.
- (E) são instrumentos jurídicos adequados para promover a desconcentração administrativa, com a transferência da execução de atividades administrativas entre órgãos públicos distintos, pertencentes ao mesmo ente estatal.



<p>38. Uma empresa concessionária de gás encanado, ao realizar perfurações no subterrâneo de uma rua, situada em área urbana, descobre um veio aurífero. O veio descoberto pertence</p> <p>(A) ao Estado-Membro, pois o serviço concedido é de titularidade estadual e a descoberta se deu em decorrência de tal atividade, seguindo a regra <i>accessorium sequitur summ principale</i>.</p> <p>(B) aos trabalhadores que realizaram a descoberta e à empresa concessionária, em iguais partes, em aplicação analógica da legislação sobre garimpo, que determina a partilha da exploração entre garimpeiros e concessionários da lavra.</p> <p>(C) à União, pois as jazidas, em lavra ou não, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento.</p> <p>(D) ao Município, pois situado em logradouro urbano municipal, seguindo a regra pela qual a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício.</p> <p>(E) à empresa concessionária e ao Município, em iguais partes, em virtude de constituir aquisição originária por achado de tesouro, regulada pelo Código Civil.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Tributário e Financeiro</b></p> <p>41. O exercício da competência constitucional tributária</p> <p>(A) somente se delega através de lei específica do ente federado que é competente para a instituição do tributo.</p> <p>(B) pode ser renunciado pelo ente federado, bem assim delegado por lei a outro ente, desde que por meio de lei complementar.</p> <p>(C) é atribuído constitucionalmente para os entes federados, suas autarquias e fundações.</p> <p>(D) é atribuído constitucionalmente para os entes federados, que podem delegá-la às suas autarquias e fundações, para os fatos geradores relacionados com suas funções.</p> <p>(E) se manifesta através da criação de leis instituidoras e modificadoras de tributos, bem assim de leis que disciplinam as causas de exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário.</p>
<p>39. Analise a seguinte situação hipotética:</p> <p><i>Em razão da realização de evento desportivo de âmbito mundial, foi editada Lei Federal determinando que, durante o período de realização da referida competição, os terrenos vagos de propriedade particular situados no raio de 3 (três) quilômetros dos estádios que sediam a competição, sejam colocados à disposição das respectivas Municipalidades-sedes, para fins de instalação de equipamentos necessários à segurança e comodidade dos frequentadores dos eventos do campeonato, como postos de policiamento e sanitários coletivos, assegurando-se indenização aos respectivos proprietários, com base em critérios estabelecidos na referida legislação.</i></p> <p>Em vista do relato, deve-se concluir que está sendo utilizado o instituto da</p> <p>(A) ocupação temporária.</p> <p>(B) locação compulsória.</p> <p>(C) desapropriação <i>pro tempore</i>.</p> <p>(D) servidão administrativa.</p> <p>(E) permissão de uso.</p>	<p>42. No processo de interpretação e integração da legislação tributária</p> <p>(A) não existe uma ordem de preferência legal para aplicação de ferramentas de interpretação.</p> <p>(B) não se aplicam os princípios gerais de direito privado, tendo em vista que o Direito Tributário é ramo do direito público.</p> <p>(C) é vedada a aplicação da analogia que amplie o aspecto material da hipótese de incidência, porque em Direito Tributário vigora a regra da estrita legalidade.</p> <p>(D) não existe vedação legal expressa para aplicação da analogia, mas, ao contrário, é legalmente admitida para o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, na interpretação do rol de serviços tributáveis.</p> <p>(E) o uso da equidade é proibido expressamente no Código Tributário Nacional, diante da regra da irretroatividade da lei tributária e do princípio da igualdade.</p>
<p>40. No rol de competências da Procuradoria da Câmara Municipal, estatuído na Lei Municipal nº 14.259/2007, NÃO está prevista a competência para</p> <p>(A) processar e presidir procedimentos disciplinares e sindicâncias em geral.</p> <p>(B) elaborar e revisar minutas de contratos, ajustes e convênios.</p> <p>(C) elaborar proposições ou assessorar juridicamente os Vereadores na elaboração legislativa.</p> <p>(D) apresentar parecer jurídico vinculante quanto à constitucionalidade e à legalidade das proposições submetidas à Comissão de Constituição e Justiça.</p> <p>(E) prestar assessoramento e emitir pareceres jurídicos quando solicitado pela Presidência e pela Mesa, sobre questões regimentais suscitadas dentro e fora das sessões plenárias.</p>	<p>43. Na seção denominada das “limitações constitucionais ao poder de tributar” o texto constitucional dispõe sobre</p> <p>(A) princípios e regras que disciplinam o exercício da competência para instituir e modificar tributos.</p> <p>(B) o rol taxativo dos impostos instituídos pela Constituição Federal para os entes federados, que não têm poder de instituir, mas apenas para cobrar.</p> <p>(C) capacidade tributária para cobrar tributos.</p> <p>(D) imunidades e isenções tributárias.</p> <p>(E) todos os institutos tributários que atuam no campo da cobrança dos tributos instituídos na Constituição Federal.</p>



44. Relativamente aos tributos municipais, é correto afirmar que

- (A) o dinheiro arrecadado com os impostos municipais são receitas vinculadas às despesas que estiverem previstas na Lei Orçamentária Anual, não podendo ser desviado para outro fim.
- (B) todos os impostos de competência do município podem ter alíquotas progressivas de acordo com a base de cálculo.
- (C) o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS deve ser aplicado em valor fixo anual para todos os serviços.
- (D) a fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU não se submete à anterioridade nonagesimal, embora tenha que se submeter à anterioridade anual.
- (E) é inconstitucional fixar para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU a mesma base de cálculo do imposto sobre a transmissão de bens imóveis por ato oneroso *inter vivos* – ITBI.

45. Sobre dívida ativa é correto afirmar que

- (A) somente após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa é que o mesmo se torna exigível judicialmente.
- (B) inscrição do crédito tributário em dívida ativa é causa de interrupção do prazo prescricional de cinco anos para cobrar o crédito tributário.
- (C) todo crédito tributário não pago e vencido ingressa automaticamente na dívida ativa e já pode ser decretada a penhora de bens do devedor.
- (D) após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa não cabe mais o seu parcelamento, por serem atos excludentes entre si, ou seja, a inscrição em dívida ativa decorre do não pagamento do débito, ao passo que o parcelamento pressupõe que haverá pagamento.
- (E) a inscrição em dívida ativa depende de prévia previsão do débito na Lei Orçamentária Anual.

46. Considerando a capacidade tributária passiva,

- (A) a pessoa jurídica, para ser contribuinte, depende de estar regularmente constituída, com inscrição de seus atos constitutivos na junta comercial ou perante o ofício de registro civil das pessoas jurídicas.
- (B) o louco, interditado civilmente, pode ser sujeito passivo da obrigação tributária na qualidade de contribuinte, mas seu curador é responsável solidariamente com o mesmo pelos atos em que intervier ou pelas omissões de que for responsável.
- (C) o menor absolutamente incapaz não pode ser sujeito passivo da obrigação tributária, mas seu representante legal o será na qualidade de responsável tributário.
- (D) o pródigo, interditado civilmente, pode ser sujeito passivo da obrigação tributária, mas não pode ser considerado contribuinte, sendo seu curador o responsável tributário.
- (E) o menor relativamente incapaz pode ser sujeito passivo da obrigação tributária desde que seu representante legal o tenha assistido na prática do fato gerador.

47. Analise os itens abaixo.

- I. A Lei Orçamentária Anual não pode vincular despesas com saúde e educação ao crédito de receitas provenientes de arrecadação de impostos.
- II. O Município detém metade da receita arrecadada pela União com o imposto territorial rural – ITR, mas tem a opção de ficar com a totalidade desta receita se fizer a arrecadação deste imposto de forma direta.
- III. A criação de novas fontes de receita tributária municipal depende de prévia autorização expressa na Lei Orçamentária Anual.
- IV. O Município, quando da elaboração da sua Lei Orçamentária Anual, se submete à Lei de Diretrizes Orçamentárias estadual, em virtude da repartição constitucional e receitas tributárias e das transferências voluntárias.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

48. Sobre as leis orçamentárias é correto afirmar que

- (A) o orçamento municipal dispensa a elaboração de leis orçamentárias, podendo ser disciplinado por decreto do Prefeito Municipal, cabendo sua fiscalização pela Câmara Municipal.
- (B) a elaboração da lei orçamentária anual deve ser precedida da existência da lei de diretrizes orçamentária e do plano plurianual.
- (C) a lei orçamentária anual deve regular todas as despesas para o próximo exercício, dispensando a previsão de receitas, já que não é possível prever seu montante.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias é um diploma que orienta a elaboração da lei orçamentária anual e do plano plurianual e tem natureza jurídica de lei complementar.
- (E) o Município não está obrigado a elaborar o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, podendo se valer das leis estaduais.

#### Direito Civil e Direito Processual Civil

49. Honorato alugou imóvel a Honório, que o desocupa sem pagar seis meses de aluguel. Cinco anos depois, Honorato propõe ação de cobrança de tais aluguéis. Essa pretensão

- (A) será julgada parcialmente procedente, admitindo-se a cobrança de dois anos de aluguel e considerando-se prescrito o valor correspondente aos três últimos anos.
- (B) será julgada totalmente improcedente, pela prescrição ocorrida.
- (C) será julgada totalmente procedente, pois a prescrição no caso se dá após cinco anos.
- (D) será extinta, sem resolução do mérito, pela decadência.
- (E) será julgada parcialmente procedente, admitindo-se a cobrança de três anos de aluguel e considerando-se prescrito o valor correspondente aos dois últimos anos.



50. Inês é usufrutuária de um imóvel, pelo prazo fixado de cinco anos. Há nele um grande pomar, no qual Inês sempre colheu os respectivos frutos; findo o prazo estipulado do usufruto, Inês colhe os frutos pendentes, sob protesto de Mário, nu-proprietário do bem, que lhe cobra não só o valor dos frutos pendentes, como também o relativo aos frutos colhidos pelo tempo de duração do usufruto. Essa atitude de Mário
- (A) está parcialmente correta, pois tem direito ao valor dos frutos pendentes, sem compensação de despesas a Inês, mas esta tem o direito ao recebimento dos frutos durante o tempo do usufruto.
- (B) está errada, porque se trata de uma situação que se resolve em perdas e danos, arbitrando-se o valor total dos frutos colhidos no período de cinco anos do usufruto.
- (C) está parcialmente correta, pois Mário não tem direito ao recebimento dos frutos durante o tempo do usufruto; terá direito ao valor dos frutos pendentes, pagando porém compensação pecuniária a Inês pelas despesas de produção.
- (D) está integralmente certa, pois Mário tem direito tanto aos frutos pendentes quando da cessação do usufruto, como também aos frutos percebidos por Inês durante seu curso, pagando apenas, neste caso, as despesas de produção.
- (E) está integralmente equivocada, pois Inês tem direito não só aos frutos percebidos no curso do usufruto como também aos frutos pendentes por ocasião de sua finalização, como consequência natural da fruição do bem.
51. Considere as afirmações abaixo referentes à posse.
- I. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, anula a indireta, de quem aquela foi havida, por isso podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o possuidor indireto.
- II. Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, desde que não excluam os dos outros compossuidores.
- III. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- IV. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- V. Considera-se como possuidor somente aquele que tem de fato o exercício pleno de todos os poderes inerentes à propriedade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II, e V.
52. Em relação à propriedade, considere as afirmações abaixo.
- I. São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- II. A propriedade presume-se de modo absoluto plena e exclusiva.
- III. A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.
53. No que se refere à disciplina jurídica das relações de consumo, é correto afirmar:
- (A) Nas relações de consumo, a responsabilidade dos profissionais liberais é apurada sempre pela responsabilidade objetiva, na modalidade do risco atividade, excluindo-se-a nos casos de culpa de terceiro, caso fortuito ou força maior e culpa exclusiva da vítima.
- (B) Os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.
- (C) O comerciante é responsável, nas relações de consumo, nas mesmas situações em que se responsabiliza o fabricante do produto por ele comercializado.
- (D) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão em nenhuma situação riscos à saúde ou segurança dos consumidores.
- (E) O fornecedor de serviços responde, desde que se comprove sua culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
54. Em relação ao regime de bens entre cônjuges:
- (A) no pacto antenupcial, que adotar o regime de participação final nos aquestos, poder-se-á convencionar a livre disposição dos bens imóveis, desde que particulares.
- (B) não havendo convenção antenupcial, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão universal.
- (C) o pacto antenupcial pode ser feito por escritura pública ou por instrumento particular, neste caso desde que registrado em livro próprio, no Registro Imobiliário do domicílio dos cônjuges.
- (D) é anulável a convenção ou cláusula de pacto antenupcial que contravenha disposição absoluta de lei.
- (E) por serem atos formais e solenes, em nenhuma hipótese será permitida a realização de pactos antenupciais por menores.
55. Em relação à locação, é correto afirmar:
- (A) É defeso ao locador receber de uma só vez e antecipadamente os aluguéis e encargos locatícios.
- (B) Na locação para temporada, se o locatário não desocupar o bem locado no prazo ajustado caberá ação reintegratória de posse do imóvel, com pedido liminar de desocupação.
- (C) Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato só ocorrerá, ao fim do prazo estipulado, se o locador notificar previamente o locatário.
- (D) O contrato de locação não residencial, que se encontra vigorando por prazo indeterminado, pode ser denunciado por escrito, pelo locador, concedidos ao locatário trinta dias para a desocupação.
- (E) Quando a locação for ajustada verbalmente ou por escrito e com prazo inferior a trinta meses, o locador, findo o prazo estabelecido, poderá retomar livremente o imóvel, concedidos trinta dias ao locatário para sua desocupação.



56. Em relação aos alimentos, é correto afirmar que
- (A) com casamento, união estável ou concubinato do credor, em regra permanece o dever de prestar alimentos, cabendo-lhe provar sua insuficiência posterior de recursos.
  - (B) a pessoa obrigada a prestar alimentos poderá pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário a sua educação, quando menor.
  - (C) o novo casamento do cônjuge devedor extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.
  - (D) a obrigação de prestar alimentos não se transmite aos herdeiros.
  - (E) a obrigação de prestar alimentos obedece à ordem de vocação hereditária, estendendo-se até os primos do alimentando.
- 
57. Maria e José viveram juntos por oito anos. Não tiveram filhos. Separaram-se e Maria, objetivando meação dos bens que José levou para o convívio, propõe ação declaratória de reconhecimento de união estável, cumulada com a partilha de tais bens. José contesta alegando que, como ele era casado, embora separado de fato de seu cônjuge, e não tiveram filhos, não haveria como configurar-se união estável, por impedimento matrimonial; além disso, os bens seriam somente dele, José, por terem sido adquiridos antes da alegada união estável. Ao examinar a questão, o juiz da causa
- (A) não admitirá a união estável, pela existência de impedimento matrimonial a impedir a conversão em casamento; também não destinará qualquer bem a Maria, por serem de exclusiva propriedade de José.
  - (B) não admitirá a união estável, pela inexistência de filhos e pela ocorrência de impedimento matrimonial, mas determinará indenização a Maria pela caracterização de concubinato.
  - (C) admitirá a união estável por ser irrelevante a ausência de filhos e suficiente a separação de fato para sua constituição, destinando metade dos bens para Maria, já que, por analogia, o regime de bens na união estável equipara-se à comunhão total de bens.
  - (D) admitirá a união estável, porque a ausência de filhos é irrelevante e a separação de fato já permite sua constituição; quanto aos bens, determinará que são apenas de José, porque só se comunicariam aqueles adquiridos na constância da união estável, à qual se aplicam, nas relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.
  - (E) não admitirá a união estável, pela existência de impedimento matrimonial, uma vez que é preciso estarem presentes todos os requisitos para conversão da convivência em casamento; no entanto, destinará metade dos bens para Maria, como indenização moral pelos oito anos de convívio.
- 
58. No tocante ao tempo e lugar dos atos processuais, considere as afirmações abaixo.
- I. Durante as férias e nos feriados não se praticarão aos processuais, com a única exceção das medidas cautelares urgentes.
  - II. Entre outros, processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas os atos de jurisdição voluntária, bem como os necessários à conservação de direitos, quando possam ser prejudicados pelo adiamento.
  - III. Os atos processuais realizam-se necessariamente na sede do juízo, só se efetuando em outro lugar em razão de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) III.
  - (D) I.
  - (E) II.
- 
59. Anita procura advogado para contestar ação de cobrança proposta por Luan, mas após o prazo de defesa, porque desconhecia qual era esse prazo. Seu advogado procura Luan e obtém do advogado a concordância para a devolução do prazo, a fim de que não se configure a revelia, peticionando conjuntamente nesse sentido ao juízo. Nessas circunstâncias, o juiz da causa
- (A) devolverá o prazo para Anita oferecer sua defesa, dada a manifestação conjunta concordando com o ato, por se tratar de prazo dilatatório, que admite prorrogação ou redução.
  - (B) não devolverá o prazo para oferecimento de defesa a Anita, pela preclusão temporal ocorrida, mas diante da petição conjunta das partes, deixará de decretar a revelia processual.
  - (C) em razão da concordância manifestada por ambos, em petição conjunta, devolverá o prazo para Anita oferecer sua defesa, porque sua ignorância em relação ao prazo processual pode ser considerada como justa causa.
  - (D) em face da concordância manifestada em petição conjunta, devolverá o prazo para que Anita ofereça a peça de defesa, por se tratar de situação equiparada à transação processual.
  - (E) apesar da concordância de ambos com a devolução do prazo, terá como extinto o direito de praticar o ato, pela preclusão temporal ocorrida, decretando a revelia de Anita, por se tratar de prazo peremptório, insuscetível de prorrogação ou redução.
- 
60. No tocante à competência, é correto afirmar:
- (A) Se houver dois ou mais réus, com diferentes domicílios, a ação será proposta no foro de domicílio do autor.
  - (B) O foro de domicílio do inventariante é o competente para o inventário e o arrolamento do autor da herança, quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
  - (C) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu; sendo incerto ou desconhecido esse domicílio, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.
  - (D) Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do proprietário do bem, ou, discricionariamente ao autor, no foro de domicílio ou de eleição, irrestritamente.
  - (E) Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta na Capital do Estado de domicílio do autor.



61. Após acidente automobilístico sofrido por Jorge Nelson, seu advogado propõe ação indenizatória, material e moral, contra Jeferson José, com pedido de antecipação liminar total da tutela jurisdicional. A tutela é antecipada parcialmente, no tocante ao deferimento desde logo do dano material, indeferindo-se porém o dano moral antecipado. Nessas condições, os advogados do autor Jorge Nelson, bem como do réu Jeferson José,
- (A) por se tratar de decisão liminar antecipatória, é irrecurável para ambas as partes, que só poderão alterá-la eventualmente requerendo sua reconsideração ao próprio juiz que a proferiu.
- (B) tendo em vista que o deferimento da antecipação ao autor equivale à sentença futura, deverá Jeferson José apelar de tal deferimento, devendo Jorge Nelson agravar do indeferimento parcial.
- (C) tendo em vista que a decisão interlocutória proferida significa gravame somente para o réu Jeferson José, mas não para o autor Jorge Nelson, admitirá o recurso de agravo apenas para o réu, não o admitindo para o autor, já que revogável a antecipação tutelar.
- (D) tendo em vista a natureza da decisão judicial proferida, interlocutória, cujo conteúdo representa gravame parcial para ambos, poderão eles interpor agravo em dez dias de tal decisão, Jorge Nelson para obter o deferimento total da antecipação tutelar pretendida, Jeferson José visando ao indeferimento total dessa antecipação jurisdicional.
- (E) tendo em vista que a decisão interlocutória proferida significa gravame somente para o autor Jorge Nelson, diante do indeferimento da antecipação tutelar da indenização moral, mas não para Jeferson José, admitirá apenas o recurso de agravo por parte do autor, mas não por parte do réu, mesmo porque se trata de decisão revogável.
62. Fernando propõe ação de manutenção de posse contra Luiz, por esbulho possessório já ocorrido há sete meses; cumula ao pedido de desocupação da área requerimento de perdas e danos, pleiteando a manutenção liminarmente. Deverá o juiz, ao examinar a inicial
- (A) conhecer do pedido como reintegração de posse, por fungibilidade processual, admitir a cumulação com perdas e danos e examinar se estão presentes os requisitos para concessão liminar da reintegração, já que o esbulho ocorreu há menos de ano e dia.
- (B) indeferir desde logo a inicial, pela formulação de pedido inadequado e cumulação incabível, caracterizando dois defeitos processuais simultâneos, não passíveis de regularização nos autos.
- (C) conhecer do pedido como reintegração de posse, por fungibilidade processual, admitir a cumulação com perdas e danos mas não admitir o pedido liminar de reintegração, só possível quando o esbulho tenha ocorrido há menos de 180 dias.
- (D) determinar a emenda da inicial para que o pedido seja formulado corretamente como reintegração de posse, em dez dias, sob pena de indeferimento da inicial.
- (E) conhecer do pedido como reintegração de posse, por ser indiferente o nome dado à ação, mas excluir o pedido cumulativo de perdas e danos, por ser incabível com a proteção possessória liminar, cujos requisitos examinará.
63. Em relação à usucapião, é correto afirmar que se trata de ação
- (A) constitutiva para que se reconheça o domínio sobre bens móveis ou imóveis, excluídos servidões prediais e bens públicos.
- (B) declaratória para o reconhecimento do domínio sobre bens imóveis, cabível em relação às terras devolutas municipais e estaduais.
- (C) declaratória para que judicialmente se reconheça ao autor o domínio de bem móvel, bem como do imóvel usucapiendo ou a servidão predial, cabível apenas em relação a bens particulares.
- (D) declaratória para reconhecimento do domínio sobre o imóvel usucapiendo, apenas, ou sobre bens móveis, incabível em relação a servidões prediais e aplicável somente a bens particulares.
- (E) constitutiva para que se reconheça o domínio sobre bens móveis ou imóveis, bem como servidões prediais, desde que particulares.
64. Em relação ao cumprimento de sentença, considere as afirmações abaixo.
- I. É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
- II. Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- III. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10% e, a requerimento do credor e observados os requisitos de lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.
- IV. No cumprimento da sentença, o devedor será citado para oferecer defesa por meio de embargos no prazo de dez dias, com ou sem garantia de penhora ou caução, a serem recebidos em regra somente no efeito devolutivo e podendo versar sobre qualquer matéria de direito, impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.



65. A Câmara Municipal de Limoeiro vota a alteração do nome de uma das ruas principais da cidade, denominada R. Dr. Bento Junqueira, pretendendo nomeá-la R. Professor Pedrinho, ex-prefeito, recentemente falecido. A Associação de Proteção ao Patrimônio Artístico, Histórico e Turístico de Limoeiro, regularmente constituída há mais de um ano, e que tem por finalidade institucional a proteção do patrimônio histórico da cidade, propõe Ação Civil Pública contra a Câmara Municipal para questionar a mudança, alegando lesão à memória e à história de Limoeiro, por ser Bento Junqueira um de seus fundadores. Em sua defesa, a Câmara Municipal alega não caber ação civil pública na hipótese afirmando o não enquadramento da situação naquelas previstas em lei para legitimar a demanda, bem como tratar-se de decisão legislativa insuscetível de interferência do Judiciário e que, em tese, interessaria apenas à família Junqueira. Recebendo a inicial, o juiz

- (A) admitirá a ação civil pública, em tese, por tratar a hipótese de interesse individual homogêneo respeitante ao patrimônio histórico.
- (B) não admitirá a ação civil pública, porque a denominação de ruas é de responsabilidade exclusiva do Legislativo Municipal, não cabendo a interferência do Judiciário.
- (C) não admitirá a ação civil pública, por existir na hipótese interesse somente à família Junqueira para discutir a alteração.
- (D) não admitirá a ação civil pública, por estar dirigida contra lei em tese.
- (E) admitirá a ação civil pública, em tese, por ser possível sua propositura para a proteção de denominação de ruas, o que se configura como patrimônio histórico que, por sua vez, integra a ordem urbanística; por esse motivo, afastará o argumento de interesse meramente individual no caso, bem como a alegada impossibilidade de interferência do Judiciário, pelo princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

66. A empresa Construções de Risco Ltda. propõe ação de cobrança contra José Peralta, compromissário comprador de um imóvel por ela alienado. Seu advogado deixa de dar andamento ao processo por mais de trinta dias, deixando de retirar o mandado de citação para seguimento do processo. Nessas circunstâncias, o juiz

- (A) arquivará os autos por seis meses, extinguindo o processo sem resolução do mérito se não houver provocação por parte da empresa autora após esse período.
- (B) desconsiderará o mandado expedido, que recolherá, determinando a citação do réu por via postal.
- (C) determinará a intimação pessoal do representante legal da empresa autora para dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito e arquivamento dos autos.
- (D) determinará a intimação do advogado da empresa autora, pelo Diário Oficial, para dar andamento ao feito em dez dias, sob pena de imediato indeferimento da inicial e extinção do processo sem resolução do mérito.
- (E) indeferirá de pronto a inicial, extinguindo o processo sem resolução do mérito por configuração da contumácia.

### Direito Municipal

67. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, compete à Mesa da Câmara Municipal, dentre outras atribuições,

- (A) autorizar a concessão de serviços públicos.
- (B) criar, estruturar e atribuir funções às Secretarias e aos órgãos da administração pública.
- (C) apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara.
- (D) votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais.
- (E) autorizar a concessão de auxílios e subvenções.

68. Há matérias que dependem do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, dentre elas:

- (A) a concessão de serviço público.
- (B) a aprovação de emendas à Lei Orgânica.
- (C) a aquisição de bens imóveis por doação com encargo.
- (D) a aprovação e alteração de matérias referentes a zoneamento urbano.
- (E) as alterações do Estatuto dos Servidores Municipais.

69. No que concerne à autonomia municipal, a Lei Orgânica Municipal e a eleição direta do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores são, respectivamente, meios de

- (A) auto-organização e autogoverno.
- (B) autoadministração e autogoverno.
- (C) auto-organização e autoadministração.
- (D) autoadministração e auto-organização.
- (E) autogoverno e autoadministração.

70. Inclui-se na competência exclusiva dos municípios:

- (A) fomentar a produção agropecuária.
- (B) organizar o abastecimento alimentar.
- (C) cuidar da saúde e assistência pública.
- (D) legislar sobre assuntos de interesse local.
- (E) preservar as florestas, a fauna e a flora.

71. A respeito da intervenção no município, considere:

- I. A enumeração na Constituição Federal dos casos em que é permitida a intervenção estadual nos municípios não é taxativa, podendo ser ampliada pelo legislador constituinte estadual.
- II. O decreto de intervenção será submetido à aprovação da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de vinte e quatro horas.
- III. A falta de aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino é um dos casos em que a Constituição Federal autoriza a intervenção do Estado nos municípios.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.



72. A respeito do Prefeito Municipal, é INCORRETO afirmar:
- (A) Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- (B) O Prefeito não poderá, sob pena de perda do mandato, desde a expedição do diploma, fixar domicílio fora do Município.
- (C) Será de 4 (quatro) anos o mandato do Prefeito, a iniciar-se no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
- (D) Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver maioria absoluta de votos, não computados os brancos e os nulos.
- (E) O Prefeito poderá licenciar-se quando a serviço ou em missão de representação do Município.

**Direito Eleitoral**

73. No dia da eleição, a propaganda de boca de urna
- (A) só é proibida se realizada por grupo de pessoas.
- (B) é proibida e constitui crime, de acordo com a legislação em vigor.
- (C) só é proibida se realizada de forma acintosa e inconveniente.
- (D) é permitida, desde que a cem metros dos locais de votação.
- (E) é permitida, desde que a duzentos metros do local de votação.
74. O Vice-Governador que não substituiu o Governador, nem o sucedeu nos seis meses anteriores ao pleito, para candidatar-se a Vice-Governador
- (A) deverá afastar-se do cargo até quatro meses antes do pleito.
- (B) deverá afastar-se do cargo até três meses antes do pleito.
- (C) deverá afastar-se do cargo até seis meses antes do pleito.
- (D) não estará sujeito ao prazo de desincompatibilização.
- (E) deverá afastar-se do cargo até cinco meses antes do pleito.

75. Considera-se propaganda eleitoral irregular a
- (A) colocação de bandeiras móveis ao longo das vias públicas, sem dificultar o trânsito de pessoas e veículos.
- (B) a colocação de faixas em árvores e jardins localizados em áreas públicas, mesmo que não lhes cause dano.
- (C) a distribuição de folhetos editados sob a responsabilidade do candidato.
- (D) colocação de bonecos móveis ao longo das vias públicas, sem dificultar o trânsito de pessoas e veículos.
- (E) a distribuição de folhetos editados sob a responsabilidade do partido ou coligação.

76. A respeito da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que
- (A) dela fazem parte as Juntas Eleitorais, posto que exercem jurisdição eleitoral.
- (B) são irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que denegarem *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- (C) o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral será o Ministro do Supremo Tribunal Federal mais antigo.
- (D) os Juizes de Direito que integram os Tribunais Regionais serão nomeados pelo Presidente da República.
- (E) os Juizes dos Tribunais Regionais servirão por quatro anos, vedada a recondução.

77. A idade mínima de trinta anos na data do pleito eleitoral é condição de elegibilidade para, dentre outros, o cargo de
- (A) Prefeito Municipal.
- (B) Vereador.
- (C) Vice-Governador de Estado.
- (D) Deputado Federal.
- (E) Deputado Estadual

78. A respeito da propaganda eleitoral da internet, considere:
- I. sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País.
- II. mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.
- III. matéria paga, com custo e respectivo pagamento devidamente lançados na prestação de contas do candidato, do partido ou da coligação.
- IV. *blogs*, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou de iniciativa de qualquer pessoa natural.
- É permitida a propaganda eleitoral veiculada pela internet, dentre outras, da forma indicada APENAS em
- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

**Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho**

79. Em relação ao vínculo de emprego, é correto afirmar:
- (A) Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante remuneração.
- (B) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- (C) A relação de emprego é o gênero do qual relação de trabalho constitui espécie, ou seja, uma de suas variantes dada a ampla complexidade dos vínculos existentes entre os trabalhadores e os tomadores de serviços.
- (D) A relação de trabalho pelo fato de vincular os sujeitos em torno de um objeto, trata-se de uma modalidade de relação de natureza real, que se contrapõe àquelas de caráter pessoal.
- (E) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.



<p>80. No que respeita à legalidade nos contratos de prestação de serviços (terceirização), segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.</p> <p>(B) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.</p> <p>(C) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.</p> <p>(D) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.</p> <p>(E) não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.</p>	<p>83. De acordo com a Jurisprudência do TST, considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. Presume-se discriminatória a despedida do empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.</p> <p>II. Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida à partir da data do ajuizamento da ação ou de alteração do valor.</p> <p>III. O <i>jus postulandi</i> das partes (art. 791 da CLT) limita-se às Varas do Trabalho, não alcançado a ação rescisória e a ação cautelar.</p> <p>IV. Não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>81. Em relação à rescisão do contrato de trabalho, de acordo com a CLT é correto afirmar:</p> <p>(A) Para a configuração da justa causa basta o enquadramento em uma das tipificações contidas na CLT e que o empregador apresente uma nota de culpa ao empregado, para que o mesmo exerça seu direito constitucional de ampla defesa e contraditório.</p> <p>(B) Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, entre outros, atos de improbidade e de incontinência de conduta ou mau procedimento.</p> <p>(C) Não existe diferença entre justa causa e falta grave segundo a doutrina dominante.</p> <p>(D) A diferença fundamental entre justa causa e falta grave é que a justa causa, além de impor uma condição objetiva, ou seja, <i>numerus clausus</i>, consoante a CLT, deve ainda ser fundamentada.</p> <p>(E) Para a configuração da falta grave se impõe que o empregador prove a culpabilidade do empregado, sob as modalidades de negligência, imprudência e imperícia.</p>	<p>84. No que respeita ao conceito e responsabilidade do empregador, no âmbito do Direito do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.</p> <p>(B) Considera-se empregador a empresa coletiva, que mesmo não assumindo integralmente os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação de serviços de trabalhadores terceirizados.</p> <p>(C) Considera-se empregador a empresa, individual, coletiva ou mista, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.</p> <p>(D) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas, as agências executivas e reguladoras, ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.</p> <p>(E) Equiparam-se ao empregador privado, os órgãos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, bem como as sociedades de economia mista e as empresas públicas que contratarem empregados sob o regime estatutário.</p>
<p>82. Na contratação de serviços pela Administração Pública, de acordo com a Lei de Licitações:</p> <p>I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.</p> <p>II. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.</p> <p>III. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.</p> <p>IV. O contratado responde subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	



85. Considere as assertivas abaixo relacionadas sobre a competência da Justiça do Trabalho:

- I. Após a Emenda Constitucional nº 45/2004, a qual alterou a redação da Constituição Federal de 1988, prevalece o entendimento de que a competência para processar e julgar ações referentes a servidores públicos estatutários e de regime administrativo não é da Justiça do Trabalho.
- II. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, os servidores públicos temporários, contratados por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Constituição Federal de 1988, vinculados a regime administrativo especial, em casos de controvérsias com a Administração Pública, são abrangidos pela competência da Justiça do Trabalho.
- III. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, abrangidas os atos de Direito Público externo e da Administração Pública direta e indireta da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- IV. Segundo posição do Supremo Tribunal Federal, a competência da Justiça do Trabalho limita-se aos litígios envolvendo os empregados públicos da Administração Pública Direta e Indireta, mesmo em face do elastecimento da competência trabalhista após o advento da Emenda Constitucional nº 45/2005.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III
- (E) I, III e IV.

86. Em relação ao princípio da taxatividade dos recursos trabalhistas, é INCORRETO afirmar:

- (A) A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) relaciona taxativamente os recursos que sistematiza no seu texto, quais sejam, os embargos, ordinário, revista, agravo e embargos de declaração.
- (B) Admite-se, em sede de recursos trabalhistas, os recursos de revisão, de agravo interno, extraordinário e de embargos de divergência, bem como o agravo regimental previsto em regimentos internos dos Tribunais do Trabalho.
- (C) A lei federal poderá criar, extinguir ou modificar recursos, posto que é da União a competência exclusiva para legislar sobre matéria processual.
- (D) Este princípio dispõe que são considerados recursos aqueles expressamente enumerados (*numerus clausus*) pela lei federal.
- (E) O princípio da taxatividade dos recursos não possui previsão legal expressa, pois sua adoção exsurge do sistema recursal previsto pelo direito processual brasileiro.

87. Em relação à organização da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) sendo aposentado ou exonerado um Ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho), este não poderá exercer a advocacia, pelo prazo de 2 (dois) anos perante o próprio TST.
- (B) uma inovação criada pela Constituição Federal de 1988 foi a criação da denominada "Justiça Itinerante", com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- (C) o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), as Varas do Trabalho e as Procuradorias do Trabalho do Ministério Público do Trabalho são órgãos da Justiça do Trabalho.
- (D) o Tribunal Superior do Trabalho atualmente compõe-se de 27 ministros, escolhidos entre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) da totalidade de 27 ministros deverá ser observado o quinto constitucional em relação aos membros provenientes do Ministério Público do Trabalho e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), sendo o restante dos magistrados escolhidos entre juizes dos TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho), oriundos da magistratura de carreira.

88. Segundo o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, em relação à Fazenda Pública:

- I. Em razão das peculiaridades processuais aplicáveis à Fazenda Pública, e em face do interesse público, todas as decisões contrárias à Fazenda Pública estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.
- II. Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 50 (cinquenta) salários mínimos.
- III. Em dissídio individual, não está sujeita ao duplo grau de jurisdição quando a decisão estiver em confronto com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- IV. Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) III.



89. De acordo com a Constituição Federal vigente, a respeito da jurisdição e da competência da Justiça do Trabalho:

- I. Segundo a doutrina tradicional, competência é a parcela da jurisdição, ou seja, um espaço delimitado do território nacional no qual o poder soberano do Estado atribui aos magistrados o poder de aplicar a jurisdição.
- II. De acordo com a doutrina tradicional, jurisdição significa dizer o direito no caso concreto.
- III. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- IV. Compete também à Justiça do Trabalho o deslinde das ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- V. Compete à Justiça do Trabalho solucionar as controvérsias envolvendo os mandados de segurança, *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de injunção, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) I, II e IV.

90. Em relação às prerrogativas processuais conferidas à Fazenda Pública, pode-se citar, EXCETO:

- (A) Dispensa do depósito prévio para o ajuizamento de ação rescisória.
- (B) Dispensa do adiantamento de despesas dos atos processuais eventualmente requeridos, pagos ao final pelo vencido.
- (C) O prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.
- (D) São isentas do pagamento de custas processuais a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
- (E) Dispensa de preparo para a interposição de recursos.

#### Direito Penal e Direito Processual Penal

91. Pode caracterizar situação de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira sua aplicação aos crimes

- (A) cometidos em embarcações privadas brasileiras, quando navegando em alto-mar.
- (B) cometidos em embarcações privadas brasileiras, quando navegando em território estrangeiro.
- (C) cometidos contra o patrimônio da Marinha do Brasil, quando navegando em alto-mar.
- (D) de genocídio, cometidos em quaisquer embarcações, navegando em alto-mar ou em território estrangeiro, desde que o agente seja brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (E) cometidos em embarcações públicas brasileiras, quando navegando em território estrangeiro.

92. A testemunha retratou-se de seu depoimento anteriormente mendaz, agora para declarar a verdade nos autos do processo, o que ela fez às vésperas do julgamento da apelação respectiva. Segundo o entendimento hoje dominante na doutrina brasileira, pode-se afirmar:

- (A) É caso de perdão judicial.
- (B) Não se extingue a punibilidade, nem cabe perdão judicial.
- (C) Extingue-se a punibilidade.
- (D) Extingue-se a punibilidade, salvo se o crime tiver sido praticado mediante suborno ou com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.
- (E) Ocorre perempção.

93. Para ocultar condenações criminais anteriores, ao ser qualificado pela Autoridade Policial, Caio fez uso de documento falso para identificar-se como seu irmão primário Tício. Consultado como parecerista sobre as razões normativas aplicáveis a esse caso, a alternativa que serviria para fundamentar o parecer técnico apresentado à autoridade consulente é:

- (A) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que, em tese, não há o crime de uso de documento falso, eis que a conduta de Caio não extrapolou os limites da garantia constitucional da autodefesa.
- (B) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal vem entendendo que, em tese, há o crime de uso de documento falso, eis que a conduta não se ampara na garantia constitucional de autodefesa.
- (C) A doutrina brasileira vem entendendo que, em tese, a conduta de Caio não foi criminosa, eis que amparada na garantia constitucional da autodefesa.
- (D) A jurisprudência brasileira vem entendendo que, em tese, não há crime na conduta enfocada, eis que não extrapola os limites do direito constitucional de autodefesa.
- (E) A jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo vem entendendo que, em tese, não há o crime de uso de documento falso na conduta enfocada, eis que não extrapolados os limites do direito constitucional de autodefesa.

94. Na tentativa punível, o correspondente abatimento na pena intensifica-se segundo

- (A) a aptidão para consumir.
- (B) a periculosidade demonstrada.
- (C) a lesividade já efetivada.
- (D) o itinerário já percorrido.
- (E) o exaurimento já alcançado.



95. Há uma crítica doutrinária bastante conhecida e frequente ao fundamento teórico da punição, no direito brasileiro, dos crimes cometidos em estado de embriaguez. Pode-se sintetizá-la afirmando que essa punição, ao fundar-se na teoria
- (A) da equivalência dos antecedentes causais, simplesmente equaliza as diversas modalidades de embriaguez, não permitindo uma justa diferenciação de seus variados graus de reprovabilidade.
  - (B) objetiva pura alemã, não considera as diversas situações subjetivas desencadeantes da embriaguez, e, por consequência, não propicia a devida diferenciação entre seus variados graus de reprovabilidade.
  - (C) da *actio libera in causa*, não é facilmente extensível aos casos de embriaguez não preordenada ou mesmo meramente culposa, propiciando-se, eventualmente, situações de responsabilização penal estritamente objetiva.
  - (D) puramente normativa da culpabilidade (Welzel), esvazia o juízo da consciência da ilicitude que, de efetivo e concreto, se torna puramente exigível e potencial, respondendo o agente indistintamente pelo crime, ainda que compreensivelmente não tivesse condições ou razões reais para não se embriagar nas circunstâncias em que o fato se deu.
  - (E) monista temperada, acaba comportando situações graves de impunidade, notadamente nos crimes cometidos com culpa consciente e limítrofes ao dolo eventual.
- 
96. Segundo entendimento sumulado, é correto afirmar que
- (A) reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, deverá propô-la de ofício.
  - (B) a reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
  - (C) o benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.
  - (D) é admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional.
  - (E) cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- 
97. Foi lavrado termo circunstanciado, apontando-se João como autor de crime de menor potencial ofensivo. É correto afirmar:
- (A) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo criminal competente.
  - (B) Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita por João, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que importará em reincidência.
  - (C) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, João e a vítima, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena privativa de liberdade.
  - (D) A competência do Juizado Especial Criminal para processar e julgar João será determinada pelo domicílio de João.
  - (E) A conciliação entre João e a vítima será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- 
98. Tomando-se em conta o tema da prisão e da liberdade provisória, é INCORRETO afirmar:
- (A) O réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de oito dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.
  - (B) A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.
  - (C) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o réu praticar nova infração penal, dolosa ou culposa.
  - (D) Não será concedida fiança nos crimes de racismo.
  - (E) Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo até final julgamento.
- 
99. José foi condenado pela prática do delito de roubo qualificado. Somente a defesa apelou e o Tribunal de Justiça do Estado reconheceu a nulidade da sentença, por vício de motivação. Diante disso, necessariamente,
- (A) a instrução processual deverá ser refeita.
  - (B) o juiz de 1º grau está impedido para proferir nova sentença.
  - (C) revisão criminal deverá ser julgada procedente.
  - (D) nova sentença a ser proferida não poderá agravar a pena anteriormente fixada na sentença anulada.
  - (E) José deverá ser absolvido.
- 
100. Antonio, Vereador, foi injuriado e difamado pelo Prefeito Municipal, durante sessão da Câmara dos Vereadores em que se colocou em votação parecer do Tribunal de Contas do Estado que rejeitava as contas municipais. Diante disso,
- (A) caso queira que o Prefeito seja processado criminalmente pelas ofensas, Antonio pode oferecer queixa-crime perante o Tribunal de Justiça do Estado.
  - (B) Antonio pode opor exceção da verdade.
  - (C) ação penal somente será instaurada mediante requisição do Procurador da Câmara Municipal.
  - (D) Antonio deve oferecer representação, para que o Promotor de Justiça ofereça denúncia contra o Prefeito Municipal na comarca onde ocorreram os fatos.
  - (E) Antonio deve, necessariamente, requerer a instauração de inquérito policial, para apuração do ocorrido.